

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Sem o protagonismo vivido 20 anos atrás, a sigla pode repetir o fiasco do pleito de 2020 para prefeituras de capitais. Para especialistas, falta renovação de lideranças

Mesmo com Lula, PT perde força até no Nordeste

» JÚLIA PORTELA

O Partido dos Trabalhadores viu, nas duas últimas décadas, uma diminuição drástica no número de prefeituras comandadas pela sigla. Em 2004, levou 411 prefeituras, sendo nove capitais. Já em 2020, esse número diminuiu para 183, sem nenhuma capital. Este ano, segundo as pesquisas, o PT tem chance de eleger prefeitos em quatro capitais, mas a tendência é de derrota.

Na maior cidade do país, São Paulo, o partido sequer tem um candidato próprio concorrendo nas eleições municipais. A legenda apoia a candidatura de Guilherme Boulos, do PSol, que concorre com a vice petista Marta Suplicy. O PT, no passado, conseguiu emplacar grandes nomes na cidade, como Fernando Haddad, em 2012.

Goiânia também chama atenção, sendo a cidade em que o PT chega mais perto da liderança nas pesquisas. Sandro Mabel (União Brasil) e Adriana Accorsi (PT) aparecem empatados tecnicamente, segundo a última pesquisa Quaest. Mabel aparece com 24% das intenções de voto enquanto Accorsi, tem 22%. A margem de erro é de três pontos percentuais. Mesmo assim, em um possível segundo turno, a pesquisa mostra a derrota da petista.

Em Porto Alegre, por sua vez, Maria do Rosário (PT) sofre uma queda vertiginosa nas pesquisas desde o começo da campanha. Em 27 de agosto, ela marcava 31% das intenções de voto, contra 36% de Sebastião Melo (MDB). Na última pesquisa, porém, Rosário marcou apenas 24%, contra 41% do candidato emedebista.

Até mesmo no Nordeste, onde Luiz Inácio Lula da Silva foi campeão nas eleições de 2022 em todos os estados, o partido não aparece em primeiro lugar em nenhuma capital. Em Teresina (PI), cidade dada como certa de uma vitória petista, o candidato da sigla, Fábio Novo, figura em segundo lugar, com 40%, contra 44% de Silvano Mendes (União).

Os números vão de encontro

Ricardo Stuckert/PT



Lula e Gleisi Hoffmann, presidente do PT: nas últimas décadas, petismo aparece subjugado ao lulismo

ao que Lula prometeu em dezembro do ano passado, quando garantiu que o partido teria uma “extraordinária vitória nessas eleições”. “O que eu prometo é ser um bom cabo eleitoral”, disse o presidente na ocasião.

O coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral do PT, senador Humberto Costa (PE), comentou ao **Correio** no início de setembro que o foco da legenda no Nordeste seria nas capitais. “Estamos apostando em bons resultados. Para nós, isso é muito importante porque é uma base de sustentação importante da esquerda, do PT, do próprio presidente Lula. Nós queremos ganhar algumas dessas capitais”, afirmou.

Coalisão

Para o cientista político Magno Karl, a postura do PT nas eleições municipais reflete a decisão de o partido tomada nos anos 2000 de focar mais nas eleições presidenciais. “A estratégia do PT consistia basicamente em fazer alianças com outros partidos

para as eleições municipais e estaduais para que esses outros partidos apoiassem o PT nas eleições nacionais”, explica.

“É uma política de alianças do PT que não é nova, que vem pelo menos desde 2002 e que o partido mantém por acreditar que o resultado das eleições nacionais é estrategicamente mais importante para a legenda do que vencer prefeituras ou governos estaduais”, reforça Karl.

Na avaliação do cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa, André César, essa queda no número de candidatos petistas vencedores indica um problema de renovação de lideranças, do discurso dos candidatos para os seus eleitores, bem como um certo distanciamento do lulismo.

“O próprio Lula não se envolveu tanto porque ele sabe das dificuldades dos candidatos do partido, que eles estão enfrentando. Ele não quer se expor também, talvez queimar um pouco a imagem dele, então ele se afasta”, aponta César. Karl complementa que nos

últimos 20 anos, o petismo aparece subjugado ao lulismo. “Porque ao abrir mão de competir nas cidades e em alguns governos estaduais, o PT está subjugando o seu projeto próprio de partido em favor do lulismo, em favor da promoção das possibilidades do partido eleger o presidente da República.”

O consultor político Rodrigo Moraes diz ser importante lembrar que o governo Lula 3.0 não é necessariamente um governo petista, mas uma coalisão formada a partir de uma “frente ampla partidária”. “Diferentemente dos demais governos petistas, a atual capacidade de Lula de se valer da máquina federal para fortalecer as campanhas municipais é muito limitada. Em termos de execução orçamentária, principalmente desde o advento do chamado orçamento secreto, o Congresso e os partidos adquiriram muitas prerrogativas de controle do Orçamento federal, enquanto o Executivo vem perdendo a capacidade sobre este mesmo Orçamento”, analisa.

CRISE NA VENEZUELA

Brasil quer México na negociação com Maduro

» VÍCTOR CORREIA

A tensão regional causada pela Venezuela será um dos temas centrais na viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao México, hoje. Ele vai participar da posse da nova presidente, Claudia Sheinbaum, na terça-feira, com a presença de pelo menos outros 16 líderes latino-americanos e caribenhos. Antes da solenidade, porém, vai conversar em separado com Manuel López Obrador — que ainda ocupa a cadeira — e sua sucessora, e encontrará os demais chefes regionais.

O petista tem interesse em trazer o governo mexicano de volta para a sua proposta de negociação com o presidente Nicolás Maduro, que está empacada. Brasil, México e Colômbia atuaram em conjunto durante a crise, em contraponto a países que condenaram Maduro por fraude na eleição. Obrador, porém, deixou a mesa de negociação em agosto.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, não há previsão de atos ou pronunciamentos oficiais envolvendo a Venezuela. O tema será tratado nos bastidores. “Claro que o Brasil considera que, quanto mais países... E se têm três países com as características de Brasil, Colômbia e México, isso te dá mais alavancagem para mostrar que é uma questão de âmbito regional”, respondeu a secretária de América Latina e



Obviamente que haverá conversas, e obviamente que o Brasil gostaria de estar junto com seus parceiros na América Latina em um tema da região”

Embaixadora Gisela Padovan, secretária de América Latina e Caribe do Itamaraty

Caribe do Itamaraty, embaixadora Gisela Padovan, ao ser questionada se o Brasil quer trazer o México de volta à negociação.

“Obviamente que haverá conversas, e obviamente que o Brasil gostaria de estar junto com seus parceiros na América Latina em um tema da região. Sim, a gente gostaria de trabalhar com nossos grandes parceiros em um tema delicado”, confirmou a diplomata. A saída de Obrador do grupo foi atribuída pela chancelaria brasileira à proximidade de com a troca no cargo. Sheinbaum declarou, no passado, que a crise na Venezuela deveria ser

tratada por organizações internacionais e pelas instituições venezuelanas.

O diálogo sobre Venezuela em uma agenda regional contrasta com a participação de Lula na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde o tema não foi mencionado. O chefe do Executivo chegou mesmo a ser cobrado pelo presidente chileno, Gabriel Boric, durante evento em defesa da democracia, paralelo à Assembleia, organizado por Brasil e Espanha.

Atualmente, a tentativa de manter diálogo entre Maduro e oposição é feita pelo petista e pelo presidente da Colômbia, Gustavo Petro. Porém, as negociações foram frustradas e vivem um impasse atualmente. A diplomacia brasileira considera que nenhum dos lados, mas especialmente Maduro nas últimas semanas, demonstrou vontade de negociar.

Petro também estará presente na posse de Sheinbaum, assim como os chefes de Estado e Governo da Bolívia, Chile, Cuba, Guatemala, Honduras, Paraguai, República Dominicana, Belize e Dominica, entre outros. Segundo o Itamaraty, não há no momento previsão de encontros bilaterais com Lula com outros líderes durante a viagem. Porém, em entrevista à **CNN**, Petro confirmou que se reunirá com o petista para discutir Venezuela.

Comércio

Além da tensão regional, Lula tratará da relação Brasil-México. Para o Itamaraty, o diálogo é central para firmar a ponte entre os países da América do Sul e os da América Central e Caribe, já que ambas são as maiores economias de suas regiões. Também há planos para expandir as trocas comerciais a partir do ano que vem. O México é o sexto maior parceiro comercial do Brasil, e quinto maior destino das exportações brasileiras. Em 2023, houve um fluxo de US\$ 14 bilhões, 15% a mais em relação a 2022. Também é considerado um comércio de alto valor agregado, já que o Brasil vende produtos industriais.

Padovan destacou o acordo ACE 53, de complementaridade econômica entre os dois países. “A ideia é ampliar o número de linhas tarifárias, porque o acordo abrange só 13% das linhas com benefícios de comércio ou tarifas mais baixas, e é muito restrito”, explicou a embaixadora. Outro mecanismo que precisa ser expandido é o ACE 55, que trata da exportação de automóveis brasileiros e peças para o México — o objetivo é modernizar o documento e incluir carros elétricos e híbridos.

Segundo a secretária do Itamaraty, porém, não há previsão de assinatura de acordos na viagem, pois o governo mexicano está “com as mãos cheias” em preparação à troca de governo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A milionária disputa pela Câmara de São Paulo

Além da acirrada disputa pelo controle da Prefeitura de São Paulo, na qual despontam o prefeito Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição, Guilherme Boulos (PSol) e Pablo Marçal (PRTB), há uma milionária campanha pelo controle da Câmara Municipal da capital paulista. São 55 vagas de vereadores, das quais 52 são pleiteadas pelos atuais mandatários. Independentemente de quem ganhar a eleição, a Câmara de São Paulo deve sair das mãos do atual presidente, Milton Leite (União Brasil), que assumiu seu primeiro mandato como vereador na Câmara de São Paulo, em 1997, durante a gestão de Celso Pitta

Sete prefeitos já passaram pela cidade, Milton Leite nunca fez oposição. Poderoso, no sexto mandato de presidente da Câmara, após mudar o regimento da Casa para permitir três sucessivas reeleições, Leite não se candidatou e decidiu apoiar dois candidatos na sua base: Silvío Antônio de Azevedo, o Silvío, seu chefe de gabinete, e Silvío Pereira dos Santos, o Silvíinho, chefe de gabinete da subprefeitura de M'Boi Mirim. O primeiro recebeu R\$ 3.565.826,79 de fundo eleitoral; o segundo, R\$ 3.571.246,14.

A cidade de São Paulo tem 1.003 nomes inscritos para disputar o cargo de vereador nas eleições de 2024, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao todo, 29 partidos lançaram chapas com candidatos ao maior parlamento municipal do Brasil. A maioria apoia a reeleição do prefeito Ricardo Nunes, cuja coligação tem 11 partidos (PP, MDB, PL, PSD, Republicanos, Solidariedade, Pode, Avante, PRD, PMN, e União Brasil) e dispõe, legalmente, de 42,2 milhões para gastar até 5 de outubro. Entretanto, Guilherme Boulos é o candidato com o maior volume de recursos. Apoiado por oito partidos (PSol, PT, PDT, Rede, PCdoB, PV, PCB e PMB), dispõe de R\$ 65,6 milhões do fundo eleitoral. Já Pablo Marçal tem R\$ 4,5 milhões, dos quais R\$ 2,3 milhões de doações pela internet e R\$ 1,9 milhão de pessoas físicas.

Candidatos ricos

No União Brasil, partido de Nilton Leite, o maior volume de recursos vai para a Pastora Sandra Alves (R\$ 4.068.007,88). Entre os candidatos milionários da legenda, estão Zilu, a ex-esposa de Zezé Di Camargo (R\$ 1.809.619,28), o vereador Rubinho Nunes (R\$ 1.546.792,20), o Delegado R. Monteiro (R\$ 1.146.887,20), a personal trainer Edilene Lura (R\$ 1.61.191,36) e a influenciadora do MBL Amanda Vettorazzo (R\$ 1.033.939,28).

Os partidos com mais recursos de campanha não economizaram. A lista do PL é encabeçada pela vereadora Sonaira Fernandes, bolsonarista raiz, com R\$ 1.768.700,00 para gastar. Rute Costa tem R\$ 1.550.008,67; Dra. Sandra Tadeu, R\$ 1.513.500,00; Tenente Baía, R\$ 1.339.000,00; Tenente Nascimento, R\$ 1.227.793,13; Carla Byelinskij, R\$ 1.111.400,00; Isac Félix, R\$ 1.052.000,00; e Lucas Pavanato, R\$ 1.041.400,00.

A Federação Brasil da Esperança ((PT/PCdoB/PV)) tem 9 candidatos milionários: Cláudio Fonseca (PCdoB), com R\$ 2.486.072,03; Luna Zarattini, R\$ 1.789.998,00; João Ananias, R\$ 1.652.565,00; Alexandre Guedes, R\$ 1.528.716,00; Senival Moura, R\$ 1.224.900,00; Trípoli (PV), R\$ 1.222.725,00; Ivone Silva, R\$ 1.169.000,00; Dheirson, R\$ 1.074.500,00; e Geraldo (Bancada da Periférica), R\$ 1.002.460,00.

A bancária Ana Carolina Oliveira (mãe de Isabella Nardoni, morta em 2008) recebeu R\$ 1.516.000,00 do Podemos. A ex-secretária de Desenvolvimento do governador Rodrigo Garcia Marina Bragante, apoiada por Marina Silva, recebeu R\$ 1.048.724,41 da Rede. Os partidos também apostam em nomes conhecidos da mídia tradicional ou das redes sociais para puxar votos com a metade desses recursos ou até menos.

A influenciadora Léo Aquila (MDB) recebeu R\$ 503,2 mil; a jogadora Tandara do Vôlei (PL), R\$ 500 mil; o ator de Sintonia e rapper Sandrão RZO (PT), R\$ 451,6 mil; o humorista Marquito (Republicanos), R\$ 133,1 mil; o advogado Ari Friedenbach (PSol), pai de Liana Friedenbach, morta em 2003, R\$ 103 mil; e o ator do Teste de Fidelidade Marcos Oliver (PSD), R\$ 80 mil.

Para se tornar vereador, um candidato precisa ter 10% do quociente eleitoral, no mínimo. O indicador é o resultado da divisão do número de votos válidos para o cargo pelo número de vagas disponíveis. Em 2020, São Paulo (SP) teve quociente eleitoral de 92.738; foram cerca de 5 milhões de votos válidos para vereador. À época, o candidato eleito com menor votação foi Rinaldi Digilio (do então PSL, hoje União Brasil), com 13.673 votos — acima dos 10% do quociente naquele ano.

Como se vê, o sistema de financiamento público dificulta a renovação política, os recursos são controlados pela cúpula dos partidos. A engenharia financeira é montada arbitrariamente, com raras exceções. A solução para baratear e democratizar a campanha seria adotar o voto distrital ou distrital misto nas eleições municipais, o que não precisaria de emenda constitucional nem mudaria as regras do jogo para os atuais deputados federais. Bastaria mudar a lei eleitoral. Por si só, as campanhas proporcionais para as assembleias legislativas e a Câmara dos Deputados se tornariam menos custosas e clientelistas.